

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa regional

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhoras e senhores Membros do Governo Regional

Senhoras e Senhores Deputados

Decorridos que são já 15 meses das Eleições Regionais de 29 de Março de 2015, que garantiram uma maioria absoluta, ainda que escassa, ao PSD, e a posterior formação do novo executivo regional liderado pelo Dr. Miguel Albuquerque, foi tempo mais que suficiente para demonstrar o desnorte desta governação e a falta de projecto e de estratégia para dar resposta aos problemas que afectam directamente os Madeirenses e Portossantenses.

As recentes convulsões na área da Saúde que provocaram a demissão do Director Clínico do SESARAM, e de todos os directores das várias especialidades do Hospital do Funchal, não é reflexo de um problema isolado ou limitado a uma determinada forma de administração de áreas da Saúde; o que está em causa, isso sim, é um problema de opções políticas por parte do Governo Regional.

Mas o que se passa na Saúde é apenas a ponta do iceberg de uma forma de governar, do “deixar-e-depois-logo-se-vê”, pois esta tem sido a prática mais privilegiada nas mais variadas áreas da governação, uma governação virada para a propaganda e para os grandes títulos dos jornais, pois o que importa é anunciar... e se algo correr mal, haverá certamente um qualquer bode expiatório à mão de semear, sobre quem poderão cair as culpas.

Perante esta realidade muitos dos que até há bem pouco tempo acreditavam que, de facto, o PSD renovado de Miguel Albuquerque representaria um novo ciclo político para a Região, engrossam hoje um cada vez maior número de descontentes em relação a esta forma de governar, que apenas renovou os protagonistas para que os grandes interesses instalados na Região pudessem perpetuar-se no tempo... e nos ganhos.

Com Albuquerque, o PSD não se renovou... apenas foi recauchutado.

Hoje verificamos um descontentamento generalizado nos mais diversos sectores e áreas, e uma forte contestação popular à forma de governação do PSD e de Miguel Albuquerque, contestação essa que abrange milhares de Madeirenses e Portossantenses que votaram no PSD.

Esta Moção de Censura dá voz aos mais de 55% de eleitores madeirenses que nunca acreditaram nesta solução governativa para a Região, mas também a todos aqueles que, tendo votado no PSD a 29 de Março de 2015 acreditando em algo novo, hoje são fortes críticos à actuação do PSD de Miguel Albuquerque.

O PSD de Miguel Albuquerque justificou-se a partir da promessa da renovação e procurou legitimidade na base do compromisso de que originaria um novo ciclo político. Para ter maioria no Parlamento regional, o PSD de Miguel Albuquerque beneficiou do crédito inicial de muita gente que desejava uma nova governação.

Se Miguel Albuquerque chegou ao Governo Regional a partir da ideia de renovação, a realidade apresenta-se pantanosa, tal a quantidade de demissões, de contradições, de desorientações.

Se Miguel Albuquerque chegou ao Governo Regional na base do anúncio de um novo ciclo político, de novo só se destaca pelo acumular dos erros em tão curto espaço de tempo.

Se Miguel Albuquerque propagandeou que iniciaria um tempo de pacificação, do diálogo e da acção responsável, pelo contrário, a vida demonstra a mais desastrosa e velha acção da clientela do PSD, de um antigo e bem conhecido ciclo, em que outros personagens apenas ocuparam as cadeiras do poder, para prosseguimento da natureza da antiga política, a dos interesses dos senhorios.

Hoje, como a vida o comprova, não existe um governo que iniciou um novo ciclo; existe, isso sim, um governo que prossegue a defesa dos interesses do passado. Como a história recente o demonstra, a ideia de renovação não passou de um slogan de propaganda. A tão anunciada renovação não passou de um *bluff*. Agora, como a realidade o confirma, toda a acção do actual Governo Regional está condicionada por uma única máxima de Miguel Albuquerque: “*o que importa é anunciar...*”. Portanto, se há marca a destacar no actual Governo Regional é a de ser pródigo no prometer, no fazer propaganda, e de ser inconsequente no agir.

O discurso que conduziu Miguel Albuquerque ao poder assentou numa mão cheia de promessas que redundaram numa gigantesca fraude. O prometido “avião-cargueiro” ninguém o encontra; o ansiado regresso da *Navierra Armas* ou de outro *ferryboat* para a ligação ao Continente português correspondeu a uma onda de desilusões; os *lobbies* que gangrenam os portos da Região demonstram uma tentacular dominação ainda mais poderosa; os portos e marinas da Região

continuam a ostentar o ferrete da vergonha política do passado. O prometido novo Centro de Saúde da Calheta já não vai ser novo, será um centro de saúde recauchutado. E continuam a jogar ping-pong com a nova escola da Ribeira Brava, que ora vai ser construída no local do antigo campo de futebol, ora vai ser construída no actual local da escola. O modelo de “Subsídio de Mobilidade” para as viagens entre a Região e o Continente demonstram perversidades que só comprovam as manifestas incapacidades da actual governação. Aliás, o Subsídio de Mobilidade é o exemplo de como este governo funciona: faz o anúncio, não prepara minimamente a estratégia aplica e depois logo se vê como corre; se não correr muito bem vão alterando conforme os ecos da opinião pública, e se não for possível logo encontram quem ou o que possa servir como justificação para o que corre mal.

Como se não bastassem as falsas promessas nesta autêntica fraude política, o Governo Regional é manifestamente incapaz de aplicar medidas que dêem resposta aos problemas estruturais da Região; a vida das populações continua a estar marcada pelo insuportável agravamento das dinâmicas do empobrecimento, pela intensificação da exploração laboral e pelo acentuar das desigualdades sociais. A Região Autónoma da Madeira é cada vez mais a zona do território nacional com mais desemprego e precariedade no trabalho, com mais pobres, com mais desigualdades, com maior taxa de emigração jovem.

Segundo dados oficiais, a população empregada na Região, no primeiro trimestre de 2016, estimava-se em 113 mil pessoas, das quais mais de 15,7% têm contrato a termo (é importante referir em apenas um ano, o número de contratos a termo aumentou 38%), 15,5% trabalham a tempo parcial e 15,8% trabalham por conta própria, o que demonstra o crescimento da instabilidade laboral e o aumento do trabalho a recibos verdes, tal como do subemprego, que atinge mais de sete mil trabalhadores. Assim, tendo em conta esta realidade podemos afirmar cerca de 90% dos novos vínculos laborais são precários.

A par desta realidade, a taxa de desemprego atinge valores históricos, e hoje, segundo números oficiais, existem mais de 22.500 trabalhadores confrontados com este grave flagelo. Porém, a realidade é bem mais dramática, pois os números oficiais só reflectem os desempregados inscritos no Instituto de Emprego da Madeira, não estando contabilizados os mais de dois mil desempregados em formação nem todos aqueles que, não estando inscritos no IEM pelas mais diversas razões, continuam desempregados à procura de emprego. O Governo Regional recorre abusivamente aos programas de ocupação de desempregados e aos estágios ditos profissionais para suprir postos de trabalho permanentes na Administração Pública. Esta é uma situação vergonhosa.

Para fugir a esta triste realidade, milhares de Madeirenses e Portossantenses são obrigados a emigrar para tentarem uma vida mais digna, pois a política seguida na terra onde nasceram tal não lhes permite.

Verificamos igualmente que o valor do custo de trabalho tem diminuído, nomeadamente no que se refere aos custos dos salários. Desde a aplicação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, regista-se uma redução de 5,5% por ano, redução essa que é feita através das extinções de postos de trabalho, tanto no sector público como no privado, mas também devido à retirada de direitos dos trabalhadores, como por exemplo a redução do valor pago por horas extraordinárias, a implementação do banco de horas, os cortes salariais na Administração Pública, o aumento do número de trabalhadores a recibos verdes e os baixos salários praticados principalmente nas empresas de prestação de serviços.

Os rendimentos do trabalho sofreram uma acelerada degradação, com uma desvalorização de 16,5%, em termos reais. Enquanto os rendimentos do trabalho caem, o excedente bruto de exploração reforçam os lucros dos grandes empresários regionais, lucros esses que, apesar da crise, não param de crescer.

As várias formas e modalidades de contratação precária – contratos a termo em desrespeito pela lei, uso de falsos recibos verdes, trabalho em regime de prestação de serviços, estágios profissionais, trabalho temporário sem observância de regras, recurso abusivo às chamadas medidas activas de emprego – são as formas dominantes deste fenómeno, que apenas têm como elemento comum a precariedade e a insegurança de vínculos laborais associadas à limitação de direitos fundamentais.

No programa deste Governo Regional aparecia como um dos pontos prioritários o “Apoio à dinamização da Contratação Colectiva Regional”, mas verificamos que esta é uma medida que não passa do papel. O PCP, no passado mês de Maio, apresentou neste Parlamento um Projecto de Proposta de Lei à Assembleia da República que tinha como objectivo garantir a vigência dos contratos colectivos de trabalho, impedindo a sua caducidade, porque não pode existir livre contratação colectiva com a ameaça da caducidade. A Região é prova viva dessa realidade, pois as associações patronais querem fazer caducá-los em sectores fundamentais da economia regional, como é o caso da Hotelaria, Rodoviários, Comércio e Serviços, e Construção Civil, entre outros.

Perante esta proposta que defendia os interesses da grande maioria dos trabalhadores da Região, mas em particular do vital sector da Hotelaria, o PSD votou contra. Esta posição do PSD, mais uma vez, demonstra que, seja com Jardim ou seja com Albuquerque, aquilo que defende em primeiro lugar são os interesses dos grandes empresários da Região, garantindo a concentração da riqueza produzida nas mãos de meia dúzia de famílias.

E não é demais salientar que desde a aplicação do Código do Trabalho em 2003, que permitiu a caducidade dos contratos colectivos de trabalho e os contractos individuais, existem muito menos trabalhadores abrangidos pelo Contrato Colectivo de Trabalho, situação que aumenta a exploração e o empobrecimento.

Vivemos numa Região onde os reformados e pensionistas auferem rendimentos 20% inferiores à média nacional, e onde mais de 30 mil reformados e pensionistas auferem pensões inferiores ao Salário Mínimo. Mas quando falamos em Complemento Regional de Reforma, o Governo Regional logo diz não ser possível.

Enquanto a vida se torna cada vez mais azeda e difícil para a maioria dos Madeirenses e Portossantenses, e faltam verbas para o essencial, o regabofe do esbanjamento de dinheiros públicos no que é acessório continua. A mais velha acção clientelar prolonga-se no tempo. Continua a lógica da subsidiodependência sem sentido de responsabilidade no uso dos dinheiros públicos. Reproduz-se, como um decalque a papel químico, o subsídio-desperdício dos milhares provenientes do Orçamento Regional para os *rallies* dos amigalhaços, dos milhões para os futebóis e sociedades desportivas; ei-los que continuam, os milhões para as sociedades de desenvolvimento e para o *Jornal da Madeira*; 25 milhões para as escolas privadas; milhares e milhares para os habituais arraiais, e pergunta-se: então e para o que é essencial? Onde estão os dinheiros públicos com uso responsável, quando faltam em sectores e serviços fundamentais para a Região e para as suas populações?

Os dinheiros públicos requerem uma exigente definição das prioridades, comportam uma hipoteca social, mais ainda quando escasseiam na Região.

A política deste Governo Regional faz lembrar a história de um casal que via os seus vizinhos a comprarem leitores de vídeo na altura em que estes estavam na moda, e não lhes queriam ficar atrás. Mas, como o referido casal não tinha dinheiro para comprar o vídeo, vendeu a única

televisão que tinham em casa para comprar o leitor... e assim é este Governo: gasta no acessório porque é *in*, porque faz boa figura, porque sim, porque lhe apetece... e o fundamental que espere. Aos amigos paga os bolos... e o Povo, se quiser pão, que tenha paciência porque a conjuntura é complexa e desfavorável.

Para melhor elucidar o fiasco que é esta governação do PSD de Miguel Albuquerque, talvez o exemplo mais esclarecedor seja o do sector da Agricultura. De facto, é tal a desorientação e a falta de projecto deste Governo Regional que a grande e mais recente novidade para o futuro da produção agrícola é relançar o “bananal” no aterro do Porto Novo. Parece mentira, mas é verdade! Assim, quando se chega a este patamar de desnorte, é fácil concluir como cresce a censura ao actual Governo Regional.

A maioria dos produtores agrícolas protesta contra as trapalhadas deste Governo quanto aos bloqueios no pagamento dos “prémios aos agricultores”. A maioria dos bananicultores reclama contra as imposições de medidas de restituição de subsídios à *GESBA*, há muito recebidos, e que agora querem obrigá-los a restituir. É bem evidente a falta de investimentos e de apoios para reestruturar e rentabilizar aquele que pode a vir a ser, novamente, um grande motor para a nossa economia. E perante isto, o Governo Regional entusiasma-se, puerilmente, com um simples bananal à beira-mar plantado...

O PSD de Miguel Albuquerque, para o sector da Saúde, prometeu a “pacificação”; hoje reina a discórdia, agravam-se as convulsões, permanecem os problemas, eternizam-se as fragilidades. Este Governo Regional tentou fazer crer que iria garantir a tão necessária recuperação do Serviço Regional de Saúde; no entanto, apenas cresce o descontentamento popular e o protesto dos profissionais do sector. A prometida recuperação deu lugar a uma desastrosa realidade na Saúde. Tomemos como exemplo as listas de espera: apesar da vergonhosa manobra de limpeza clínica e administrativa levada a cabo pelo SESARAM nas listas de espera para consultas e para cirurgias, há milhares de pessoas no desespero, no meio das tormentas de tanta espera; só a aguardar uma cirurgia estão mais de 15 mil doentes!

Nas áreas da Educação, os persistentes níveis de insucesso escolar e de abandono da escolaridade constituem um dos pilares da reprodução das enormes desigualdades económicas e sociais que marcam a Região. Em vez da “caridadezinha”, deveria ser prioritária a aposta na

Educação, na Escola Pública e a concretização de linhas estratégicas fortemente mobilizadoras para que a Região fosse capaz de vencer os inaceitáveis níveis de insucesso e abandono escolar precoce. Há quatro décadas que o PSD governa a Região, e é incapaz de alterar os persistentes níveis de insucesso escolar, desqualificação e impreparação.

Na área da Educação Especial, há uma linha de destruição de importantes metas que tinham sido alcançadas no passado. Em vez de defender projectos da Educação Especial, onde a Região foi reconhecidamente pioneira no País, este Governo Regional está resolutamente empenhado em dismantelar o que funcionava bem.

O Governo de Miguel Albuquerque prometeu uma estratégia para o Mar destas ilhas, mas, pelo contrário, a Madeira aparece na “lista negra” do País com praias da pior qualidade.

A inegável verdade é que falta estratégia regional para a gestão integrada e coordenada do oceano e zonas costeiras. O PSD chumbou agora as propostas para a criação do Eco-parque Marinho do Funchal/Oeste e do Eco-parque Marinho de Gaula. A Região é a única no País sem POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira. Os portos da região estão ao serviço do monopólio dos Sousas, com graves prejuízos para as populações.

Na política fiscal e apesar do fim do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, a 31 de Dezembro de 2015, verificamos a manutenção das medidas mais gravosas, nomeadamente no que diz respeito à carga fiscal que é um pesado fardo para as famílias madeirenses e portossantenses, bem como para as micro, pequenas e médias empresas.

Mas, enquanto isso, o despesismo continua, tal como continuam as asfixiantes Parcerias Público-Privadas, e os loucos encargos dos contratos *swap*, ou um pagamento da dívida que apenas satisfaz a gula interesseira dos agiotas.

Os hotéis aumentam a sua ocupação, é certo, e os empresários vêem os seus lucros crescerem... enquanto os trabalhadores não só estão confrontados com a caducidade do contrato, como também não obtiveram qualquer aumento salarial nos últimos anos.

Tal como antigamente, a actual governação assiste impávida, serena e passiva à destruição da qualidade de serviços na Hotelaria, através da exploração da mão-de-obra escrava pelo maior grupo hoteleiro a actuar na Região, provocando uma despudorada concorrência desleal para com as

pequenas empresas! Aqui o uso de empresas de trabalho temporário assume contornos escandalosos. É o regresso das “praças de jorna”!

Na Cultura, também nada de novo. Diversas foram as promessas mas, até agora, não se concretizaram quaisquer avanços para a materialização das mesmas. É disso exemplo a comemoração dos 600 anos da descoberta do Arquipélago da Madeira.

O actual Governo teima em manter vícios herdados. Recebeu do passado diversos berbicachos, e perante esses enormes (e muitos dos quais vorazes) elefantes brancos, ou não sabe o que fazer, ou opta por prolongar os velhos, que se transformam assim em novos berbicachos

Estes são apenas alguns exemplos de como o Governo de Propaganda de Miguel Albuquerque não consegue dar resposta aos problemas da Região, e que em muitas matérias mantém os vícios do passado. O estado de graça deste Governo Regional do PSD, dito renovado, já passou e a fina camada de verniz estalou há muito; a contestação a esta forma de governar é evidente: são os utentes do Serviço Regional de Saúde, os profissionais da Saúde, mas também os professores, os alunos e suas famílias, os reformados e pensionistas, os jovens, os desempregados, os trabalhadores, os agricultores, os micro e pequenos empresários... ou seja, os Madeirenses e Portossantenses estão claramente insatisfeitos com o rumo da governação no último ano.

A política deste Governo Regional também é criticada, não só pelas várias forças da oposição, mas também por muitos dirigentes do próprio PSD, e não estamos a falar só dos derrotados nas eleições internas. De facto, há mesmo deputados do PSD que, desta mesma tribuna, daqui de onde está a ser feita esta intervenção, vieram fazer duras críticas ao Governo de Miguel Albuquerque; quem não se lembra da intervenção do Senhor Deputado Guido Gonçalves que teceu várias críticas por este Governo Regional não ter uma estratégia para o Turismo na costa norte... ou a intervenção do Senhor Deputado Higinio Teles, que afirmou que este Governo prometia num concelho e fazia obra noutra, quando se referia ao facto de ter sido anunciada a conclusão da obra da ligação da Ribeira da Alforra e Limoeiro ao centro de Câmara de Lobos ainda este ano, mas que de facto era apenas de mais uma promessa para embelezar o discurso do Senhor Presidente no Dia do Concelho de Câmara de Lobos, que não era para levar a sério... ou as preocupações várias vezes levantadas pelo Senhor Deputado Bernardo Caldeira pelo facto do Subsídio de Mobilidade não ter tido em conta as especificidades do Porto Santo.



Esta Moção de Censura dá voz ao protesto contra a actual forma de gerir os destinos da Região.

Esta Moção de Censura dá voz a todos aqueles que defendem uma outra política e outra forma de governar a Região.

Hoje, na Região, existem os que teimam em defendem as práticas governativas do executivo liderado por Miguel Albuquerque, práticas essas que se demonstram claramente ruinosas para a generalidade da população, e temos aqueles que defendem uma outra política, que rompa definitivamente com as políticas do passado e que liberte a Autonomia da Região das amarras da austeridade que nos querem impor.

Esta Moção de Censura que será votada hoje demonstrará quem está do lado da actual forma de governar e quem está do lado das populações que reivindicam uma nova política para a Região, que resgate a nossa Autonomia dos *lobbies* do passado para que seja possível devolver aos Madeirenses e Portossantenses as condições necessárias para o progresso e prosperidade da sua terra.

Não podemos, por isso, desperdiçar esta oportunidade.